

Sábado, 20, e segunda-feira, 22 de agosto de 1988

O firme apoio presidencial aos cortes no Orçamento

A reunião ministerial convocada para que o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, expusesse as linhas gerais do projeto do Orçamento Geral da União para 1989 culminou com uma vigorosa defesa do presidente José Sarney da proposta orçamentária elaborada pela Secretaria do Planejamento (Seplan), ao pedir o apoio e a compreensão de seu Ministério e da classe política para que ele possa tratar "com energia e realismo essa questão vital para o saneamento das nossas finanças e a redução da inflação".

Nenhuma conclusão definitiva pôde ser tirada da reunião ministerial da última quinta-feira no Palácio do Planalto. Uma nova reunião poderá ocorrer dentro dos próximos dias, na tentativa de sacramentar os cortes necessários para viabilizar as metas acertadas com os credores externos de um déficit público de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem.

O posicionamento do presidente da República, no entanto,

merece uma reflexão mais profunda por parte das forças vivas da sociedade. Ao contrário do que era voz corrente no mercado, que previa o torpedeamento da proposta orçamentária já nesta primeira reunião ministerial, na medida em que ela faz drásticos cortes nos investimentos públicos e transfere recursos da União para os estados e municípios, o presidente Sarney enfatizou que sem um ajuste profundo nas contas públicas seria criada "uma situação insustentável e de consequências imprevisíveis, inclusive pelo risco que evitamos do processo hiperinflacionário, que, sem dúvida, não vai acontecer".

Desde que anunciou, em sua primeira reunião ministerial como presidente empossado, a famosa frase cunhada por Tancredo Neves de que "é proibido gastar", o governo Sarney já atravessou períodos de bonança e de borrasca. Passou-se pela euforia e fracasso do Plano Cruzado na gestão do ministro Dilson Funaro. Tentou-se arrumar a casa com a edição do Cruzado II sob o comando do ex-ministro Bresser Perei-

ra. Convocou-se a Assembléia Nacional Constituinte. Procura-se, com o que se denominou chamar de política "feijão com arroz", através do ministro Mailson da Nóbrega, entancar a voracidade da inflação e cortar gastos para reduzir o déficit público.

Ao tomar posse com a morte de Tancredo Neves, o atual governo herdou um déficit público de 2,7% do PIB. De lá para cá esse déficit não parou de crescer, devendo, no final deste ano, segundo as previsões oficiais, chegar a 4%. Isso evidencia que o postulado de que "é proibido gastar" representava apenas uma intenção do governo que iniciava a sua gestão.

A situação de hoje é bastante diferente. A proposta orçamentária que a Seplan elaborou contém, nos mínimos detalhes, os cortes que devem ser feitos para que o País não ingresse na hiperinflação. Devem desaparecer no Orçamento as transferências voluntárias de recursos para os estados e municípios, que devem totalizar no final deste ano CZ\$ 83,5 bilhões, e as contrapartidas federais de projetos financiados pelo Banco

Mundial (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de CZ\$ 100 bilhões. Os estados e municípios, por sua vez, passam a arcar com os encargos de habitação, saneamento básico e transportes e pelas atividades e projetos que têm como agente financiador os impostos arrecadados.

A esses fatos deve-se agregar um outro de extrema relevância. O de que todo o arcabouço das medidas que estão sendo orquestradas pela Seplan leva em conta as novas regras constitucionais que mudam a partilha dos recursos entre a União, os estados e os municípios. O que lhes garante ampla legitimidade a partir do momento em que entrarem em vigor.

É claro que as pressões e as dificuldades para se aprovar a proposta orçamentária são muitas. Mas a vigorosa defesa feita pelo presidente Sarney pode representar o ponto de partida para reverter as expectativas pessimistas que já tomavam conta do mercado. Se isso se confirmar, a reunião da última quinta-feira entrará para os anais da História.